



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1014198-54.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**  
 Requerente: **Willian Jose Rodrigues**  
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

O autor Willian José Rodrigues propôs a presente ação contra a ré Seguradora Lider Dos Consórcios Do Seguro DPVAT, pedindo a condenação desta no pagamento da quantia de R\$ 13.500,00, em razão do acidente de trânsito do qual foi vítima, descontando-se o valor recebido administrativamente de R\$ 1.687,50.

A ré, em contestação de folhas 30/58, aduz que os documentos pessoais apresentados pelo autor são ilegíveis. No mérito, alega ser necessária a realização de perícia médica, a utilização da tabela de danos pessoais, pede que os juros de mora sejam ser fixados a partir da citação, que a correção monetária e demais cominações legais deveram incidir a partir do ajuizamento da ação, que os honorários advocatícios sejam fixados em 10% do valor da causa, e por fim, pede que a ação seja julgada totalmente improcedente.

Réplica de folhas 92/104.

Decisão saneadora de folhas 105/107.

Agravo de Instrumento de folhas 148/152.

Decisão de folhas 153 determinou que a perícia fosse realizada pelo IMESC.

O autor apresentou quesitos às folhas 07 e a ré às folhas 58.

Decisão de folhas 160 designou audiência de conciliação e avaliação médica.

A audiência de conciliação restou infrutífera (**confira folhas 196**).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Laudo pericial de folhas 198/199.

Seguiu-se manifestação da ré às folhas 200/207 acerca do laudo pericial, enquanto que o autor manifestou-se às folhas 208/210.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento do feito, sendo impertinente a prova oral, orientando-me pela prova pericial produzida.

O laudo pericial concluiu que o autor não padece de invalidez permanente (**confira folhas 198/199**).

Dessa maneira, o autor não faz jus ao recebimento de qualquer quantia, muito embora tenha recebido administrativamente em 10/09/2015 a quantia de R\$ 1.687,50.

Diante do exposto, rejeito o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil. Sucumbente, condeno o autor ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 10% do valor da causa, ante a ausência de complexidade, com atualização monetária a partir do ajuizamento da ação e juros de mora a partir do trânsito em julgado, observando-se os benefícios da Justiça Gratuita.

P.R.I.C.

São Carlos, 26 de julho de 2016.

**Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**